



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



SEÇÃO DE LICITAÇÃO  
Rua Acre, nº 80 - sala 604 - Centro/Rio de Janeiro - CEP: 20.081-000  
Telefone/FAX: (21) 3261-8682 / 3261-8016

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/13

Proc. nº TRF2-EOF-2013/060

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 261 de 11 de setembro de 2012, do Ilmo. Sr. Diretor da Secretaria Geral, Dr. Jaderson Correa dos Passos, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, realizado por meio da internet, no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Decreto 6.204/07, Resolução nº 169/CNJ e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

#### ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

**Data: 12 de junho de 2013**

**Horário (de Brasília): 14:00h**

**Local: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Planilha de Formação de Preços;
- Anexo III - Minuta do Contrato Administrativo;
- Anexo IV - Termo de Conciliação Judicial;
- Anexo V - Declaração conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça;
- Anexo VI - Declaração conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

(Código SIASG 13404)

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços especializados em proteção contra incêndio, com fornecimento de bombeiros civis profissionais (brigadistas), 24 (vinte e quatro) horas por dia, em regime de turnos de trabalho, para este E. Tribunal e para o Centro Cultural da Justiça Federal**, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste Edital - Termo de Referência.



1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.
- 2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/2005.
- 2.4 - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar com este Tribunal.
- 2.5 - Tendo em vista o seu objeto, também não poderão participar do certame as Sociedades Cooperativas de mão-de-obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/71, em função do Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos termos constantes do Anexo IV deste Edital.
- 2.6 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.7 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.8 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
- 2.8.1 - Estar ciente das condições da licitação;
  - 2.8.2 - Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
  - 2.8.3 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



- 2.9 - A licitante, **optante pelo Simples Nacional**, que venha a ser contratada, **não poderá beneficiar-se da condição de optante** e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123; conforme Decisão TCU 2.798/10.
- 2.10 - A contratada deverá apresentar, **no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do Contrato, cópia do ofício**, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços, mediante cessão de mão-de-obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inc. II, da Lei Complementar 123 de 2006.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.



- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **valor total anual** para a prestação do serviço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I;
- 5.6 - **Planilhas detalhadas da composição do custo e formação do preço final** de cada item, englobando as categorias profissionais que o compõem e o valor total da proposta (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes) de cada categoria profissional e o **valor total anual dos serviços**, conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II deste edital;
- 5.6.1 - Deverão ser apresentadas duas planilhas: uma referente ao Brigadista e outra referente ao inspetor;
- 5.6.2 - Os salários normativos, bem como os benefícios vigentes utilizados como base para preenchimento da Proposta Comercial, na data prevista para a abertura da licitação, deverão atender a **Convenção Coletiva firmada pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviço em Brigadas de Incêndio do Município do Rio de Janeiro**, reconhecida pelo Ministério do Trabalho, devidamente homologada;
- 5.6.3 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;



5.6.4 - Os percentuais encontrados na planilha de formação de preços deverão ser preenchidos nos termos da legislação pertinente;

5.6.5 - Discriminação do custo por treinamento de que trata o subitem 5.13 do Anexo I - Termo de Referência. A estimativa de realização do treinamento previsto no aludido subitem é de no máximo 01 (um) por mês.

5.6.5.1 - O custo por treinamento não compõe a planilha de formação do preço da mão-de-obra. Deverá ser cotado separadamente, na forma do modelo de planilha constante do subitem 5.6.6 deste edital, apresentado adiante;

**5.6.5.2 - Os custos relativos ao treinamento de que trata o subitem 5.13 do Anexo I serão faturados somente quando efetivamente realizado o treinamento.**

5.6.5.3 - O Contratante se reserva o direito de realizar o treinamento básico nas suas dependências, quando o tipo de atividade não exigir campo de treinamento específico. Neste caso, o treinamento, que se restringirá a pequenas demonstrações de manuseio de extintores e mangueiras, será realizado pela equipe de bombeiros profissionais civis residentes, sem custos adicionais, sendo de responsabilidade do Contratante o fornecimento de mangueiras e extintores.

5.6.6 - **Preços mensal e anual**, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme o seguinte modelo:

VALORES MENSAL E ANUAL			
Categoria Profissional	Efetivo	PREÇO (R\$)	
		Unitário Mensal	Total Mensal
Brigadista (BPC)	20		
Brigadista (BPC) INSPETOR	04		
Valor Total Mensal ->			
<b>VALOR TOTAL ANUAL</b> (valor total mensal x 12) ->			
<b>Valor Total Anual:</b> (registrar valor total por extenso)			

Custo por treinamento de que trata o subitem 5.13 do Anexo I - Termo de Referência	R\$ .....
<b>Valor do Treinamento:</b> (registrar valor por extenso)	

5.6.7 - **Escala de serviço** dos BPCs (brigadistas) escolhida pela licitante, que deverá ser a de revezamento de 12/36, conforme a Lei nº 11.901/2009;

5.6.8 – **O valor da hora extra** dos profissionais que compõem o efetivo.



- 5.6.8.1 - Os valores de hora extra, não integram as Planilhas de Formação de Preços.
- 5.6.8.2 – O licitante vencedor deverá apresentar junto com a proposta a **memória de cálculo** das horas-extras.
- 5.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.8 - **Prazo de vigência do contrato**: 12 (*doze*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;
- 5.9 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 e 5.8, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.10 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 3261-8016 ou 3261-8682.
- 5.10.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.10.2 - Os documentos exigidos nos subitens **9.4.1, 9.4.2.1, 9.4.3, 9.4.4 e 9.4.5** do Edital deverão ser encaminhados juntamente com a proposta comercial.
- 5.11 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.12 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.13 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do *serviço* no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a esta última.
- 5.14 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atenderem às exigências deste Pregão.



## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- 6.1 - Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais;
- 6.2 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexeqüíveis;
- 6.3 - O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)**

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o valor total anual do objeto, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 7.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
  - 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
  - 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.





- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade e procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 9.1 - A **habilitação** da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, para verificação da validade dos documentos abaixo:
  - 9.1.1 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**CND**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, dentro da validade;
  - 9.1.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;
  - 9.1.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**), dentro da validade;



- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado ao licitante cadastrado e parcialmente habilitado no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada na própria sessão pública.
- 9.1.9 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 2 (*dois*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.1.10 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.1.9, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas ainda as **DECLARAÇÕES VIRTUAIS**, exigidas nos subitens dispostos a seguir, que deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
  - 9.2.1 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
  - 9.2.2 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
  - 9.2.3 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação;
  - 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.



9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.4 - **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

9.4.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, que comprove a especialização da licitante na **ÁREA DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA** e o atual quadro de responsáveis técnicos da licitante.

9.4.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

9.4.2.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado emitido por pessoa jurídica, **devidamente registrado no CREA, que ateste que a licitante tenha prestado serviços de PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, com fornecimento de mão-de-obra de bombeiros civis profissionais (brigadista).**

9.4.3 - Comprovação de possuir no quadro de pessoal, **profissional de nível superior, na área de Engenharia de Segurança**, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica devidamente registrado no CREA, e que será o responsável técnico pelo desenvolvimento dos trabalhos.

OBS - A comprovação do vínculo será feita mediante apresentação de, por exemplo: cópia autenticada da carteira de trabalho profissional ou da Ficha de Registro de Empregado registrada na DRT e assinada pelo empregado e pelo empregador da empresa licitante, ou ainda pelo Contrato Social ou contrato de prestação de serviços.

9.4.4 - Certificado de **Registro junto ao Corpo de Bombeiros Militares** do local da sede do licitante.

9.4.5 - **Certificado de Vistoria** emitido pelo **Núcleo de Segurança e Transporte** (Rua do Acre, nº 80 - Térreo) e pelo **Centro Cultural Justiça Federal** (Av. Rio Branco nº241), comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

9.4.5.1 - Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

9.4.5.2 - As visitas deverão ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, e poderão ser previamente agendadas pelo telefone 3261-8013 (TRF) e 3261-2554 (CCJF).



- 9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.
- 9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.7 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 3261-8682 ou 3261-8016 ou para o endereço eletrônico [cpl@trf2.gov.br](mailto:cpl@trf2.gov.br), no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.7.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº 23/13.

**10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da prestação de serviços, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	PTRES	Despesa anual Estimada R\$
02.061.0569.4257.6013	33.90.37.07	060.071 - TRF2	1.431.071,00
02.061.0569.4257.6013	33.90.37.07	060.076- CCJF	

## **11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO**

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na “*homepage*” do Tribunal: [www.trf2.gov.br](http://www.trf2.gov.br), opção “**licitações e contas / licitações em andamento**”, e no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), opção “**visualizar/Impugnações/Esclarecimentos/Avisos**”, ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, pelos FAX (21) 3261-8682 ou 3261-8016, ou através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h.
- 11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.



- 11.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## **12 - DOS RECURSOS**

- 12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua do Acre nº 80 - 16º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.



- 13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF, a qual deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4 - O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no subitem 13.3 ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seu Anexo e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.
- 13.6.1 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.
- 13.6.2 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato.
- 13.6.3 - A perda da garantia em favor do contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6.4 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 13.6.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.
- 13.6.6 - A garantia contratual deverá ser prestada quando da assinatura do contrato.



13.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

13.7.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital;

13.8 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

13.8.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do presente Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

13.8.1.1 – O prazo para apresentação das Certidões acima mencionadas será de, no máximo, 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

**14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte maneira:

14.1 - **Provisoriamente** - Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

14.2 - **Definitivamente** - No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

14.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 14.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.





- 14.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais ou serviços foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
- 14.5 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 14.6 - Após a assinatura do contrato, será designado servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

## **15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 15.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pelo contratado, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, no prazo de 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;
  - 15.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
  - 15.1.2 - Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
  - 15.1.3 - O pagamento relativo aos serviços de treinamento de que trata o subitem 5.13 do Termo de Referência, Anexo I, somente será efetuado quando esses serviços forem efetivamente prestados.
- 15.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras (Rua Acre, nº 80 - 16º andar - Centro - Rio de Janeiro), no horário de 12:00 às 17:00 horas, em 02 (duas) vias, que também deverão ser enviados eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.gov.br](mailto:dicom@trf2.gov.br), na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada dos seguintes documentos:
  - 15.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e no Centro Cultural Justiça Federal;



- 15.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha de pagamento do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante.
- 15.2.3 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre o esse valor.
- 15.2.4 - O relatório de que trata o subitem 17.21.
- 15.2.5 - Cópia do recibo referente à entrega dos vales-refeição e dos vales-transporte, com as respectivas assinaturas dos empregados, do mês correspondente ao documento fiscal.
- 15.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do Documento Fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste edital e no contrato.
- 15.4 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 15.5- No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
  - 15.5.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.5 a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.
- 15.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 15.7- A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).
  - 15.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.
- 15.8 - O TRF - 2ª Região poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:



- 15.8.1 - Existência de qualquer débito para com o Contratante;
- 15.8.2 - Se os serviços/materiais fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita;
- 15.8.3 - Existência de débitos para com terceiros relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao Contratante;
- 15.8.4 - Não apresentação por parte da empresa contratada da folha de pagamento do mês de referência, como também das guias de recolhimento da GPS e GFIP;

OBS: No caso da Contratada que não esteja sujeita às obrigações acima, exigir-se-á a apresentação de documentos equivalentes.

- 15.9 - No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (um trinta avos) por dia, do valor mensal.
- 15.10 - Na hipótese de o objeto licitatório se tratar de prestação de serviços com fornecimento de materiais será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados.

**15.11 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

**15.11.1** – Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositados na CEF o somatório dos valores das rubricas relativas à:

- I - Férias;
- II - 1/3 constitucional;
- III – 13º Salário;
- IV – Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- V - Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos;
- VI – Encargos Previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

**15.11.2** - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para retenção conforme IN 001/2013 - CJF	
Percentuais sobre a Folha de Pagamentos	%
Férias + 1/3 de Férias	12,12
13º Salário	9,09
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;	4,36
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	7,59
<b>Subtotal</b>	<b>33,16</b>
Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos	
Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos	% de lucro x 33,16%



**15.11.3** - Os valores das rubricas indicadas no item 15.11.1 serão glosados do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa.

**15.11.4** – Os depósitos serão efetivados em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

**15.11.5** – A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados, a notificação do Tribunal, a assinatura dos documentos de abertura da conta vinculada e de termo específico junto à CEF.

**15.11.6** – Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o subitem **18.5** do presente Edital.

**15.11.7** - Os saldos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação serão remunerados pelo índice da poupança, conforme Acordo de Cooperação celebrado entre o TRF2 Região e a CEF.

**15.11.8** – A abertura e manutenção da conta-corrente vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TRF2 Região e a CEF.

**15.11.9** – Eventuais saldos da conta-corrente vinculada bloqueada para movimentação – somente serão liberados à empresa contratada se após dois anos do término do contato o empregado que estava alocado na execução do contrato não acionar a Justiça do Trabalho.

**15.11.10** - Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta-corrente vinculada para conta-corrente judicial, o Tribunal notificará a empresa Contratada sobre a ordem judicial e informará que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subsequentes a serem efetuados à empresa e depositados na conta-corrente vinculada para composição do saldo.

**15.11.11** – A contratada poderá:

I - solicitar, durante a execução do contrato, autorização do Tribunal para resgatar da conta-corrente vinculada os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 15.11.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Tribunal e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos funcionários;



b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos funcionários, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o TRF 2ª Região e a Contratada, sem dispensa dos funcionários: declaração contendo informação de que os funcionários continuarão prestando serviços à empresa contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

II - movimentar os recursos da conta-corrente vinculada diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências dos órgãos, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o TRF 2ª Região e a Contratada, sem dispensa dos funcionários: declaração contendo informação de que os funcionários continuarão prestando serviços à empresa contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II, a empresa deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

§ 2º Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o órgão poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes ao percentual de lucro e incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados."

15.11.12- O resgate dos recursos da conta-corrente vinculada bloqueada para movimentação previsto no item anterior dar-se-á, somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Tribunal, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 15.11.1, podendo ainda, requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas.



**15.11.13** – O Tribunal expedirá autorização de que trata o item 15.11.11, após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

**15.11.14** - Todos os termos da resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho da Justiça Federal e da IN 001 de 11 de abril do CJF deverão ser observados tanto no procedimento licitatório quanto na execução contratual.

## **16 – DA REPACTUAÇÃO**

16.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

16.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

16.2 - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

16.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

16.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.



- 16.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 16.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:
  - 16.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;
  - 16.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;
  - 16.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
  - 16.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
  - 16.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
  - 16.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.
- 16.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
- 16.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:
  - 16.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
  - 16.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
  - 16.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 16.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

#### **17- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 17.1- A Contratada deverá recolher a guia ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), junto ao CREA, antes de se iniciarem suas atividades nas dependências do Contratante.
- 17.2 - Utilizar na prestação dos serviços objeto deste Contrato, mão-de-obra qualificada, selecionando e preparando rigorosamente as pessoas que irão prestar os serviços, encaminhando funcionários com funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho ou outro documento equivalente, bem como





equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.

- 17.3 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços objeto deste Contrato, que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o mesmo.
- 17.4 - Permitir que seus empregados, quando estiverem prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.
- 17.5 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- 17.6 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.
- 17.7 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.
- 17.8 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.
- 17.9 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 17.10- Retirar das dependências do Contratante, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização do Contratante, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantenha atitude hostil para com os Fiscais ou prepostos do Contratante.
- 17.11 - Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade as autoridades, os funcionários, os visitantes e os demais contratados, podendo o Contratante solicitar substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente.



- 17.12 - Manter seus profissionais uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e carteira de identidade (RG). A Contratada deverá manter atualizada, junto ao Núcleo de Segurança e Transporte e à Administração do CCJF, a relação nominal dos empregados designados para a prestação dos serviços, indicando a função e data de admissão, relação essa que deverá ser digitada em forma de planilha.
- 17.13 – Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual - EPI, tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, sendo o ônus da paralisação de responsabilidade da Contratada.
- 17.14 - A Contratada deverá disponibilizar todas as peças de vestuário, que constituirão os uniformes completos de seus empregados alocados nas dependências do Contratante, a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
- 17.14.1 - A Contratada se obrigará a substituir de imediato os uniformes que não tiverem mais apresentação condizente para serem usados nas dependências do Contratante.
- 17.14.2 - A substituição mencionada no subitem anterior deverá ocorrer, integralmente às expensas da Contratada, uma vez que a mesma se dará mediante a devolução, pelo empregado da Contratada, das peças em mau estado.
- 17.14.3 – A Contratada deverá entregar 02 (*dois*) uniformes para cada funcionário.
- 17.15 - Manter preposto, escolhido dentre os brigadistas e aceito pela Fiscalização, para representá-la na execução deste Contrato.
- 17.16 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.
- 17.17 - Dispor de plano de contingência e de todos os recursos necessários à manutenção dos postos de trabalho sempre guarnecidos, inclusive em situações atípicas, tais como as de greve de seus empregados, anormalidade de funcionamento dos meios públicos de transportes, ou quaisquer outras, de modo a garantir a plena operacionalidade da execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.
- 17.18 - Comunicar ao setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, antecipadamente, qualquer troca, substituição, férias, licenças e faltas entre os Bombeiros Profissionais Civis (brigadistas) do Contratante e do CCJF.
- 17.19 - A Contratada deverá manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o



direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.

- 17.20 – Comprovar, antes do início dos serviços, a capacitação profissional dos empregados designados para a prestação dos serviços, os quais deverão possuir a qualificação profissional prevista no item 3.1 da NBR 14.608, da ABNT, mediante a apresentação de Diplomas de formação com, no mínimo, carga horária de 56 (*cinquenta e seis*) horas, sendo 40 (*quarenta*) horas de teoria e 16 (*dezesesseis*) horas de prática, e comprovação em CTPS de, no mínimo, 02 (*dois*) anos na função de Bombeiro Profissional Civil (brigadista).

17.20.1 – A aptidão de que trata o item anterior será feita mediante a apresentação ao Contratante de cópias dos certificados de habilitação técnica de brigadistas civil e de primeiros socorros, dos componentes efetivos dos postos contratados.

- 17.21 – Para fins de pagamento do Documento Fiscal, a contratada anexará o Relatório de Serviços citado no subitem 5.10 do Termo de Referência, Anexo I, e a cópia da folha de ponto ou registro de ponto mensal, para comprovação do efetivo trabalhado. A apresentação destes anexos é condição *sine qua non* para o atesto do Documento Fiscal.

- 17.22 - A Contratada deverá pagar em dia seus empregados, e, obrigatoriamente, respeitar e atender todos os benefícios, inclusive salários não inferiores aos pisos das categorias dos profissionais, pactuados nas Convenções Coletivas firmadas pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviço em Brigadas de Incêndio do Município do Rio de Janeiro.

- 17.23 – A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, a todos os seus empregados, mensalmente, 01 (um) talonário de vales-refeição ou vales-alimentação, no 1º (*primeiro*) dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados.

17.23.1 - O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pelas convenções coletivas de trabalho firmadas pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviço em Brigadas de Incêndio do Município do Rio de Janeiro.

- 17.24 - A Contratada se obriga a fornecer os vales-transporte no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados.

- 17.25 - Os vales-transporte serão fornecidos em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87), sendo que os vales-transporte deverão atender integralmente às necessidades do funcionário, sendo vedado o fornecimento de vales no valor modal, em quantidade insuficiente, quando se tratar de funcionário que utilize transporte com tarifa superior à modal.



- 17.26 - Por força de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho e a critério do Contratante, poderá ser adotado o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS, ou efetuada a remuneração devida, mediante faturamento discriminado no mês subsequente ao da prestação dos serviços, ficando a quitação do Documento Fiscal respectivo condicionada à autorização prévia do setor competente (Núcleo de Segurança e Transporte e Administração do CCJF), que preencherá e assinará formulários próprios da Contratada, indicando os nomes, funções, datas e horários em que serão realizados os serviços.
- 17.27 - Designar o preposto que acompanhará o Contrato, sendo este o elo de ligação da mesma com a administração do Contratante, devendo possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual, sobretudo substituição de funcionários, regularização de pendências relacionadas a vales-refeição, vales-transporte, salários e demais benefícios, bem como para fiscalizar as condições de apresentação dos empregados (uniforme e crachás)
- 17.28 - A falta de qualquer empregado deverá ser suprida dentro da primeira hora, completando o efetivo contratado, sem nenhum ônus adicional para o Contratante. Caso a substituição do(s) empregado(s) faltoso(s) não seja providenciada pela Contratada, a(s) ausência(s) será(ão) anotada(s) pela Administração, que procederá o desconto do valor correspondente no Documento Fiscal a ser pago, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.
- 17.29 - A Contratada deverá instalar, em local a ser determinado pelo gestor do contrato, 01 (*um*) relógio de ponto para controle do cumprimento da carga horária dos brigadistas, inclusive horário de entrada e saída, devendo fornecer todos os materiais e acessórios para a instalação, funcionamento e efetiva aplicação do controle de ponto de seus empregados.
- 17.29.1 – A manutenção do relógio de ponto será de inteira responsabilidade da Contratada.
- 17.30 - A Contratada obriga-se a prestar assessoria técnica ao Contratante, com vista à elaboração de especificações técnicas de materiais ou serviços necessários ao perfeito funcionamento do sistema, sem ônus adicionais, tais como kits de primeiros socorros individuais e coletivos, kits de arrombamento, localização destes kits.
- 17.31 - No ato da assinatura do Contrato a empresa deverá apresentar cópia da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de serviço em brigadas de incêndio do Município do Rio de Janeiro, utilizada como base para formulação da proposta.



## **18 -DAS PENALIDADES**

- 18.1 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 18.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.
- 18.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:
- a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
  - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:
- 18.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:
- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
  - b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
  - c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.
- 18.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



- 18.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.
- 18.6 - Caso as multas previstas nos subitens 18.5.1 e 18.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.
- 18.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.
- 18.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.
- 18.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- 18.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.
- 18.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.
- 18.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

## **19 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 19.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: **www.trf2.gov.br**, opção "**Licitações e Contas / Licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 19.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 19.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.



- 19.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 19.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 19.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, segunda-feira, 27 de maio de 2013

Francisco Luis Duarte  
Pregoeiro